



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 018

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

Atos da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 002/2003**

DATA:

02 de abril de 2003

SÚMULA:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de fevereiro de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de fevereiro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 003/2003

DATA:

07 de abril de 2003

SÚMULA:

Altera o *caput* do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - O *caput* do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 128 - Indicação é a proposição de qualquer deputado ou comissão, com o cunho de sugerir a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo também objetivar o envio de sugestão a qualquer agente público de outros Poderes e agentes privados."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE ABRIL DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Ofícios:****OFÍCIOS**

Sob o nº CEE/CC/697/03, do senhor Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, encaminhando resposta de pedido de informações, requerido pelo deputado Tadeu

Veneri, que pede esclarecimentos sobre operações realizadas pela Copel. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o protocolo nº 5.538.609.9, da Secretaria de Estado da Comunicação Social, encaminhando resposta de pedido de informações, requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre a produção da revista Paranazinho. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER destaque do item 01 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje, para ser votado em separado, votando-se os demais itens em bloco.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01 a 08 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 179/2003, tendo em vista a existência de legislação que trata da mesma matéria, Lei nº 12.970 de 31 de outubro de 2000.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 638

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 052/2003 e 153/2003, que objetivam declarar de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de Adolescentes.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após a

aprovação do duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento de Nilto Pereira, ocorrido no sábado, 12 de abril de 2003, em Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Sr. Nilto Pereira, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Nilto Pereira.

REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de votos de profundo pesar pelo falecimento do professor Moacir Benedito Leme da Silva, e que seja encaminhada cópia deste expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O professor Moacir Benedito Leme da Silva faleceu no dia 10 de abril do corrente, tinha 53 anos, deixou 3 filhos e ocupava o cargo de diretor pedagógico da Faculdade Uniguaçu, em São Miguel do Iguaçu.

Residia em Cascavel há 40 anos e foi fundador do Colégio Cristo Rei daquela cidade. Na atividade pública exerceu a função de secretário municipal da Cultura e Esportes entre 1982 e 1988, assumindo em 1992 a Secretaria da Administração e em 1993 a Chefia de Gabinete da Prefeitura de Cascavel. Foi presidente do Diretório Municipal do PMDB daquela cidade, função atualmente exercida pelo seu filho, vereador e presidente da Acamop, Julio César Leme da Silva.

Cascavel perde um dos mais respeitados membros daquela sociedade, que muito contribuiu através do seu trabalho, seja na atividade pública ou privada, para o desenvolvimento econômico e social da comunidade cascavelense e também de São Miguel do Iguaçu, motivo que nos leva a registrar o seu passamento nos Anais desta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente:

O deputado estadual subscritor do presente documento, usando das prerrogativas facultadas pelo Regimento Interno, REQUER, após aquiescência do Plenário, seja consignado nos Anais da Sessão de hoje, os votos de profundo pesar deste Parlamento, pelo falecimento da Sra. Romilda Becker, no último dia 10 de abril, na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, respeitando os sentimentos, associa-se à consternação da família, manifestando solidário apoio e rogando ao Altíssimo que lhe dê forma e resignação suficiente pela perda irreparável da mãe exemplar e amiga. Que as saudades possam ser superadas com a memória do exemplo e trabalho que nos deixou.

Do aprovado, requer, também seja dado ciência ao Dr. Ivo Becker e família, a Rua Mato Grosso, 640 - 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Toshio Nakakogue, ocorrida na data de hoje, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada e aos ex-colegas de função através do Dr. Heron Arzua, secretário de Estado da Fazenda, cuja pasta situa-se à Rua Vicente Machado, nº 405, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem contribui de forma decisiva na construção de uma administração tributária das mais competentes deste país.

Ao longo de sua vida dedicada à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, o Dr. Toshio Nakakogue, do alto de sua humildade e sabedoria ímpar, constitui-se numa figura respeitadíssima pelo brilhantismo de suas colocações, pela firmeza de caráter, pelo desapego material, pela solidariedade, pela vontade férrea de ver a verdade prevalecer.

Perde a administração pública paranaense, perde o ensino universitário, perdem seus amigos e familiares um homem de bem, profissional respeitado, pai exemplar e amigo de sempre.

REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente:

Os deputados da Bancada do Partido Progressista - PP, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações pela passagem do Dia do Exército, que será transcorrido no próximo dia 19 do presente mês de abril.

Considerando, ser o Exército Brasileiro um símbolo da segurança nacional, seja em tempo de guerra ou de paz, pretendem os requerentes homenagearem através da 5ª Região Militar e 5º Divisão de Exército, sediadas

em Curitiba, pelo seu comandante general-de-divisão Luiz Carlos Minussi, todos os oficiais e soldados do exército brasileiro pela passagem do Dia do Exército, confessando reconhecer no seu lema a nossa confiança no seu trabalho pela segurança da Pátria: “Braço Forte - mão amiga”.

Nestes termos, pede deferimento,

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI

CIDA BORGHETTI

FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 637

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal Juarez Dias dos Santos e Marli do Rocio Santos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao presidente Jefferson Simões, do Grupo Sentinela, que foi eleito presidente da Federação Mundial de Segurança, devido ao seu mérito e grande destaque que sua empresa adquiriu ao longo de sua existência.

Da decisão do Plenário, requerem envio de correspondência ao homenageado no endereço: Rua Professor Antonio Reginato Viana, 485, 3º andar, Capão da Imbuia.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à escritora, astróloga e radialista, Sra. Yara Ramos.

A referida homenagem deve-se em razão dos relevantes serviços prestados nos últimos anos, à população paranaense e brasileira, ao longo de sua brilhante carreira nos meios de comunicação de massa.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao escritor, astrólogo e radialista Sr. Vicente Viana, "Professor Netuno".

A referida homenagem deve-se em razão dos relevantes serviços prestados nos últimos anos, à população paranaense e brasileira, ao longo de sua brilhante carreira nos meios de comunicação de massa.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de louvor à família Moletta, pela comemoração dos 125 anos de chegada ao Brasil, mais precisamente na cidade de Curitiba, bairro da Água Verde, donde a família Moletta contribuiu para o desenvolvimento daquela região de forma prodigiosa, honrando a todos os habitantes com os esforços a ela destinados.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada, Sra. Suzete Moletta, acerca do voto em apreço, até o dia 28/04/2003, sito à Av. Rui Barbosa, nº 7992, apto 02, CEP: 83040-550 - São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitação no sentido de que a pasta por ele comandada, proceda a estudos com a finalidade de estabelecer incentivo financeiro destinado a apoiar os municípios no desenvolvimento e ampliação das ações dos Programas de Saúde da Família (PSF) e de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), bem como de apoio aos Hospitais de Referência Regional.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A saúde da família vem se impondo, ao longo dos últimos anos, como a mais eficiente e eficaz estratégia de

assistência básica de saúde no Brasil, a exemplo de muitos outros países em todo mundo. Já são bastante expressivos os resultados epidemiológicos correlacionados ao trabalho desenvolvido neste campo, a exemplo das dramáticas reduções de mortalidade infantil nas áreas cobertas, da diminuição dos internamentos hospitalares, do controle domiciliar dos portadores de doenças crônicas e de tantos outros avanços que a aplicação em escala da estratégia tem propiciado.

O custo/benefício do Sistema Único de Saúde do Brasil - característica reconhecida e admirada em todo mundo, bem como para a sua resolutividade e humanização.

Compondo a equipe da Saúde da Família ou desempenhando atividades diversas, os agentes comunitários de Saúde, por outro lado, tem se imposto como trabalhadores indispensáveis para o desenvolvimento das ações primárias de saúde, as quais a comunidade técnica e a sociedade em geral reconhece como primordiais.

Os governos municipais e o federal, têm empreendido sucessivos esforços para ampliar as coberturas dos programas de Saúde da Família e de agentes comunitários de Saúde. Recentemente, o Governo Federal, na pessoa do Exmo. Sr. Dr. Humberto Costa, Digníssimo ministro de Estado da Saúde, anunciou importantes medidas que reforçam os governos locais no desenvolvimento e ampliação das ações de inversão do modelo assistencial em saúde. São elas: reajuste do valor do Piso de Atenção Básica de R\$10,50 para R\$12,00; aumento do repasse do subsídio por equipe de Saúde da Família de, em média, R\$47.000,00 para R\$56.500,00; aumento dos recursos para os agentes comunitários de, em média, R\$2.640,00 para R\$3.120,00; aumento do repasse de recursos para compra de medicamentos de R\$1,00 para R\$2,00 por habitante nos municípios incluídos no programa Fome Zero; aporte de R\$55.000.000,00 para contratação de 10 mil novos agentes de saúde para combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Também na área hospitalar, para expansão dos serviços de urgência e emergência, as cidades com mais de 100.000 habitantes serão beneficiadas com investimentos da ordem de R\$193.000.000,00 para contratação de equipes e compra de veículos e equipamentos de resgate médico.

Tais avanços são louváveis, mas a eles deve juntar-se o esforço do governo estadual no sentido de ampliar ainda mais esses apoios. Não só no que diz respeito à Saúde da Família e aos agentes comunitários de Saúde, mas também junto aos hospitais de referência regional, no exercício do duplo papel de, por um lado, contribuir com o financiamento do sistema exercendo um papel redistributivo e, por outro lado, de organizar a regionalização da assistência.

Tenho certeza de que sua equipe da Secretaria de Estado da Saúde, em geral, e o senhor em particular, mostrar-se-ão sensíveis ao pleito e tomarão a iniciativa de desenvolvê-lo tecnicamente e viabilizá-lo.

REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, tendo tido conhecimento de que na Sessão da CPI do Banestado, no último dia 9 de abril corrente, o deputado presidente Neivo Beraldin formulou pedido de quebra de sigilo bancário da tradicional empresa Raphael F. Greca & Filhos Ltda., solicita que se encaminhe àquela Comissão os documentos anexos, para não constranger a egrégia Assembléia, nem a apuração de fatos que se julguem de interesse público.

Os referidos documentos são:

- 30ª e 36ª alterações contratuais da empresa Raphael F. Greca & Filhos Ltda., de 26 de março de 1992 e de 01 de agosto de 1995 - onde se comprova que não pertence à referida empresa.

Outrossim, informa à Assembléia e à Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná que tão somente pertenceu à empresa familiar na juventude, quando engenheiro júnior, com a cota mínima de 0,001%. Tendo sido desligado da empresa em 1992, em data, portanto, muito anterior às mencionadas transações com as regras de mercado (de 1996), que a seu ver, exigiram garantias de patrimônio dos sócios da referida empresa, pagamentos de juros altíssimos, e, pelas regras constitucionais de Direito Comercial vigentes neste país, artigo 100 da Constituição, um precatório referido no site da Secretaria das Finanças do Estado com valores muito superiores hoje ao valor do empréstimo.

E protesta contra o comportamento irresponsável e atabalhoado do presidente da CPI, dando a impressão de que semeia dificuldades para tentar colher facilidades investindo contra empresas de gente séria, geradoras de empregos e pagadoras de seus impostos, algumas, há mais de cem anos.

Afinal, uma investigação que precisa ser séria não pode transformar pequenas firmas tradicionais, pelo seu nome notório, em bodes expiatórios, num "circo" de mídia, onde a velocidade da informação se fez inimiga da ética, e está atropelando a verdade.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Cidade Pomerode, proximidades do nº 130 - Bairro CIC, que pedem policiamento ostensivo nessa localidade, tendo em vista a presença constante de usuários de drogas, assaltantes e desocupados, os quais vêm causando medo e apreensão à comunidade.

Muitos jovens estudam à noite, ficando propensos diariamente ao perigo de acontecimentos graves e sem

segurança alguma. A presença de policiais com certeza inibirá e afugentará tais elementos do local.

Os moradores pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. Paraná, proximidades do nº 548 - bairro Jardim dos Estados I - município de Piraquara, que pedem policiamento ostensivo nessa localidade, tendo em vista a presença de um indivíduo que ataca as mulheres que estudam à noite no colégio existente nas redondezas.

No ano passado ocorreu o estupro de uma criança de 09 (nove) anos, deixando a população apavorada, motivo pelo qual eles pedem urgência no atendimento do presente, procurando desta forma, evitar outras ocorrências semelhantes. A presença de policiais com certeza inibirá a ação do referido indivíduo e de outros que estiverem perturbando e colocando em risco toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Rogério Wallbach Tizzot, Digníssimo diretor geral do DER, solicitando estudos no sentido de viabilizar um novo traçado na curva existente na PR-082, localizada próxima ao acesso da Usaciga, no município de Cidade Gaúcha.

O presente pleito fundamenta-se em solicitação da Câmara Municipal e lideranças de Cidade Gaúcha, quando salientam a necessidade de uma revisão no traçado desta curva, a qual vem apresentando sérios riscos de acidentes aos veículos que por ali transitam.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado aos vereadores Acácio Uller, Danilo Viero, José Carlos Feroldi, Alcides Paschoal (Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, CEP 87820-000) e aos senhores Vitor M. Alcobia Leitão e Jeovani B. Blanco (Rua Milton Heinz, 1781 - CEP 87820-000).

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o envio de expediente à senhora Brandila Valmini do município de Lindoeste, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Luiz Valmini, ocorrido no último dia 08 de abril do ano em curso.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Luiz Valmini deixou consternada a população de Lindoeste. Há muitos anos residindo no município, marido, pai e avô exemplar, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparáveis. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Luiz soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que neste momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito da Lei Estadual 13.755:

- quais os procedimentos que estão sendo adotados com o objetivo de assegurar o cumprimento da Lei 13.755;

- a que Órgãos do Estado usuários devem se dirigir para ter seus direitos assegurados.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual 13.755 veda a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná.

Diversos usuários vêm nos procurando, informando que continuam sendo cobradas essas tarifas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 202/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, no âmbito territorial do Estado do Paraná, a Associação dos Fruticultores de Icaraíma e Região - Afruir, com sede e foro na comarca de Icaraíma.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação dos Fruticultores de Icaraíma e região - Afruir, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento da região do município de Icaraíma, congregando os fruticultores a se integrarem, para discutir e encontrar soluções para os problemas das suas atividades, estimulando o espírito de solidariedade. Dentre os principais objetivos da associação, temos a educação dos fruticultores para a conservação e uso do solo, importante procedimento para que haja evolução na produtividade.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo grau de mérito, pedimos aos senhores deputados deste Parlamento que procedam o devido apoio à proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 203/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar imóvel situado na zona urbana do município de Ibiporã, com área total de 450m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), constituída pela data de terras nº 06 (seis) da quadra nº 38 (trinta e oito), da planta dessa cidade, dentro das seguintes divisas e confrontações: “de forma retangular, mede 15 (quinze) metros de frente para a Rua 1º de maio; do lado, divide com a data nº 07 (sete), com 30 (trinta) metros; nos fundos, divide com a data nº 05 (cinco), com 15 (quinze) metros, na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiporã, Paraná, matriculado sob nº 2.795, livro nº 02-M à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibiporã/Centro de Atendimento do Deficiente Visual - Apadevi/Cadevi.

Parágrafo Único - A doação do imóvel que se refere o *caput* deste artigo, será gravada com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para funcionamento do Centro de Atendimento ao deficiente Visual, não podendo ter outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a doar a

Apadevi/Cadevi o direito de uso do terreno situado na área urbana do município de Ibiporã.

O Cadevi iniciou suas atividades em 1987, na Escola Estadual Basílio de Luca, através da Resolução nº 389/87, sendo desativada em pouco tempo, retornando o atendimento em 1989 por meio da Resolução nº 3.251/89. A localização da escola Estadual Basílio de Luca dificultava o acesso dos alunos ao programa, razão pela qual o mesmo foi transferido para a região central da cidade. Para a legalização do funcionamento de ensino foi fundada em 12 de maio de 1989, Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibiporã-Apadevi, uma entidade civil, filantrópica, de assistência social, técnica educativa, sem fins lucrativos, sendo portanto a mantenedora do Cadevi.

A Apadevi existe juridicamente através do registro nº 27 no Cartário de Imóveis e anexos de Ibiporã e é registrada no CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social com o nº 28.897.009.254-93-38 e na Secretaria do Trabalho e Ação Social sob o nº 1981, CGC 80.927.478/0001-09, é reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 974/89 de 14.09.89, de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 9778 de 24.10.1001, de Utilidade Pública Federal pelo decreto de 03 de setembro de 1991, publicada em 04.09.92 (processo M.J. nº 11.427/92-82). É registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob o nº 01/92 de 08.04.93.

O Cadevi foi reconhecido pela Secretaria de estado da educação em 23 de setembro de 1992, através da Resolução nº 5.058/92.

A escola oferece atendimento pedagógico às pessoas portadoras de deficiência visual (cegueira, visão subnormal, amblíopes e outros), utilizando, quando necessário, as metodologias e técnicas específicas como: Braille, Sorobã e Orientação e Mobilidade.

Inicialmente previa o atendimento pedagógico, no entanto iniciou um projeto de prevenção de problemas oculares junto aos escolares de 1ª a 4ª série da rede pública e particular, que consiste na aplicação de testes para verificar a acuidade visual, utilizando a tabela optométrica de Snellen.

O projeto transformou-se em Programa de Prevenção desde 1992, quando estendeu o atendimento também aos alunos da Educação Infantil Jardim III e crianças de creches municipais. Cabe ressaltar que o serviço expandiu em função da criação do setor de oftalmologia pela Prefeitura Municipal de Ibiporã no ano de 1990.

O Cadevi tem oferecido aos alunos, pais e pessoas da comunidade, periodicamente, na própria escola, cursos de iniciação ao trabalho: pintura de tecido e emborrachado, bordado, macramê, tapeçaria e cestaria.

Com o objetivo de oportunizar aos alunos portadores de cegueira e visão subnormal do município e outras regiões do Estado foram oferecidos vários cursos nos anos de 1991, 1993 e 1995, com apoio da Prefeitura Municipal e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

No transcorrer da história dessa escola o trabalho de parceria rendeu-lhe o reconhecimento do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e Ministério da Educação, conferindo, no ano de 1998, às professoras do Cadevi o certificado pela participação na Campanha Nacional de Prevenção da Cegueira e Reabilitação Visual.

A escola pretende dar seguimento a esta proposta de atendimento que visa a formação integral do aluno, tendo como linha mestra a legislação em vigor e acolhendo com postura reflexiva e prática as mudanças que permeiam a educação.

PROJETO DE LEI Nº 204/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Três Bairros, com sede e foro no município de Rio Negro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos Três Bairros, com sede no município de Rio Negro, vem desenvolvendo um importante trabalho junto à comunidade onde está inserida. Sendo instituição sem fins lucrativos, tem trabalhado ativamente através da colaboração de voluntários e moradores com o intuito de proporcionar melhor qualidade de vida àqueles que dela dependem. Com atividades como cursos, palestras, escolinhas infantis e torneios esportivos, a Associação vem buscando inserir a população no contexto de cidadania.

Pela documentação acostada, verificamos sua Utilidade Pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 205/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Origens Sociedade Pró-Arte - Ospa, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Origens Sociedade Pró-Arte, com sede e foro nesta Capital é entidade sem fins lucrativos de caráter educativo e cultural com o objetivo de difusão, criação,

valorização, desenvolvimento e promoção da cultura brasileira através da dança contemporânea.

Com um extenso trabalho na área cultural a Origens Sociedade Pró-Arte vem difundindo os valores culturais brasileiros e trabalhando na criação de uma base de informações através da linguagem contemporânea que propicie e estimule a realização de estudos e pesquisa sobre a cultura brasileira por intermédio da dança, permitindo o estabelecimento de intercâmbio com entidades congêneres no País e no exterior.

A instituição desenvolve e promove eventos através da dança, visando a capacitação e o aperfeiçoamento dos integrantes em relação à cultura popular brasileira, alguns dos quais premiados.

Pela documentação acostada, verificamos sua Utilidade Pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Hoje pela manhã durante Sessão Extraordinária da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, recebemos uma denúncia seriíssima por parte da promotora Sra. Maria Aparecida Mello da Silva, promotora de justiça, está em licença médica, que caiu em desgraça no Ministério Público, a partir das denúncias que fez contra a Prefeitura da Antonina, pedindo a cassação da prefeita, em 1998. A partir de então, a promotora passou a ser perseguida, segundo as denúncias e até as provas que ela nos encaminhou. Ela faz levantamentos a respeito de tudo que vem acontecendo com a carreira dessa promotora, que inclusive, encontra-se nesta Casa, neste momento.

Denúncias a respeito das diárias dos membros do Ministério Público Estadual, diz que inclusive está sendo ameaçada, teve sua residência invadida e o que é mais grave: pode correr risco de vida. Tanto é que requereu ao presidente Mário Bradock, da Comissão de Segurança desta Casa, proteção policial para a Polícia Federal - já que a Polícia do nosso Estado estaria viciada - para garantir segurança e proteção para a promotora.

Estamos recebendo um farto material com fitas gravadas e degravadas pela Unicamp, com laudos técnicos, de uma das maiores Universidades desse País, para comprovar todas essas denúncias - que repito - gravíssimas, que são lançadas no dia de hoje. Não se trata de nenhuma leviandade ou nenhuma irresponsabilidade ao tratar de tema tão delicado. Mas cabe a nós, membros da Comissão de Segurança dessa Casa, analisar esse material e acima de tudo, chegar aos culpados - se é que eles existem - e apurar as responsabilidades daqueles que

estariam perseguindo a promotora Maria Aparecida da Silva.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Como não cabe aparte, pedi pela ordem, porque o que o deputado Barbosa Neto traz à tribuna, é bastante sério e importante. E ele vincula isto a acusações ou denúncias que essa promotora teria feito contra o Executivo de Antonina. Acompanhamos sempre todas as denúncias contra o Executivo de Antonina, todos eles dentro do Ministério Público, dentro do Tribunal de Contas e, em nenhum momento houve, por parte daquela prefeita - diga-se de passagem é uma mulher - qualquer tipo de ameaça à promotora ou qualquer tipo de retaliação.

Então, desculpe deputado Barbosa Neto, se ela tem problemas dentro do Ministério Público, aonde já vinha com problemas de outras comarcas, pelas quais respondia e, também lá, passa a responder por problemas seus, nada a ver com o Executivo de Antonina.

Essa é a ressalva, é por isso que pedi pela ordem, para que V. Exa. fizesse essa ressalva, porque senão nós estaríamos incorrendo em grande injustiça contra a prefeita de Antonina que nada tem a ver com esse caso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos descontar o tempo usado pelo deputado Marcos Isfer.

O SR. BARBOSA NETO

Gostaria de agradecer ao deputado Marcos Isfer, não queremos ficar nessa discussão paroquial acerca do município de Antonina, até porque não queria nem levantar aqui, deputado, mas há inclusive denúncias de fitas gravadas e degravadas pela Unicamp, de compra de votos e manipulação da eleição para a Câmara Municipal.

Não quero ser irresponsável aqui, de acusar. Não estamos levantando o problema. As fitas estão em poder do presidente da Comissão de Segurança, também cópias do Diário da Justiça e outros materiais mais graves até. Não posso ser irresponsável até, para expor publicamente qualquer município. Mas, nós estamos colocando isso em discussão e esperamos que o deputado Bradock possa tomar alguma providência em relação a este caso, e até mesmo à Mesa Executiva Diretiva desta Casa.

O Sr. **Ângelo Vanhoni**

Deputado Barbosa Neto, pelo que entendi do começo da sua explanação, parece-me que uma promotora pública tem denúncia à respeito do próprio Ministério Público. O senhor falou de perseguição e problemas dentro do Ministério Público. Afora isso, o deputado Marcos Isfer levanta também uma outra questão que diz respeito à comarca aonde ela esteve trabalhando.

Acho, senhor presidente, de que a denúncia é séria e sugeriria que o presidente da Comissão de Segurança convocasse uma Reunião Extraordinária, com a presença da promotora e dos deputados que se dispusessem a com-

parecer, porque a reunião é ampla. Eu pelo menos não sabia disso! Gostaria de inteirar-me das denúncias trazidas pela promotora.

Todo o promotor público tem fé pública e gostaríamos de conhecer as denúncias para saber se realmente procede. Ou se for necessário que a Assembléia de alguma forma ajude no processo de investigação dessas denúncias.

O senhor parece-me que faz parte da Comissão de Segurança, o deputado Bradock é presidente dessa Comissão e a sugestão que eu faço é que V. Exa. convoque uma reunião extraordinária e convoque a promotora pública, que de viva voz possa trazer essas denúncias para nós.

O SR. BARBOSA NETO

Agradeço a sua orientação até pela sua experiência e gostaria de dizer que nós estamos esperançosos, que essas denúncias sejam apuradas. Não são meras denúncias, mas existem provas materiais - insisto nesse ponto - para que apuremos essas prováveis irregularidades, fazendo inclusive uma ressalva aqui. Não queremos atacar a Instituição Ministério Público, mas a partir do momento que denúncias graves como essa nos chegam a esta Casa, é nosso dever, é nossa obrigação apurá-las o mais profundamente possível.

Muito obrigado!

O Sr. Ângelo Vanhoni

O senhor tem conhecimento de que essas denúncias foram encaminhadas a Corregedoria do Ministério Público?

O SR. BARBOSA NETO

Ela não consegue fazer esse encaminhamento.

Ela está sendo vítima de perseguição, buscou inclusive auxílio nas entidades como Direitos Humanos, porque até agora ela vem sendo vítima de uma orquestração, vítima da perseguição por ter ousado cumprir o seu papel de membro do Ministério Público.

Por isso, estamos trazendo a esta Casa uma denúncia séria como essa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Não tenho nenhum julgamento para ser feito. Tomara que tenha um mal entendido nisso. Espero que o Ministério Público não esteja agindo deste forma. Espero.

Seria recomendável, senhor presidente, que seconvocasse o corregedor para estar presente. Se a Corregedoria não tomou conhecimento é bom que tome e podemos fazer isso.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO

Estamos tendo o maior cuidado de não trazer à tona irresponsavelmente denúncias mais sérias, me

escuso até o direito de revelá-las aqui até que possamos apurar esse farto material.

Por isso, vamos esperar pela análise. E gostaria de dizer que aqueles que tiveram esse interesse possam procurar o presidente da Comissão de Segurança para ter acesso a essas informações. Que elas não caiam no esquecimento e que a imprensa também possa aprofundar-se e averiguar essa farto material que é de arrearpiar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Doutor Luciano.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Na última sexta-feira tivemos a oportunidade de recebermos em Curitiba o Exmo. Sr. ministro da Saúde - Dr. Humberto Costa. Veio a nossa cidade fazer a última reunião do PNCD (Programa Nacional de Combate a Dengue). Onde reuniu em Curitiba os secretários estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e diversas lideranças da área da saúde.

O ministro relatou tudo que foi feito nesses cem dias à frente do Ministério da Saúde. Dr. Humberto Costa é um grande militante da construção do SUS. Nesse período provou e mostrou que é possível muito mais do que discurso pela saúde pública no Brasil.

Só na questão da dengue o ministro se comprometeu a liberar 55 milhões de reais para contratação de dez mil agentes da dengue no Brasil inteiro. Além de incorporar 1 bilhão de reais para ação de promoção e combate à dengue no Brasil.

Nesses cem dias o ministro ampliou em 53 milhões os recursos para atenção básica no Brasil. Atenção básica considerando as consultas de pediatria, ginecologia-obstetrícia, clínica médica, programas de vacinação, promoção e prevenção de doenças. Beneficiando vários municípios do Brasil que estavam com *per capita* abaixo de 10,50 reais por ano.

Também no Programa da Saúde da Família e no Programa de Agentes Comunitários da Saúde nesses cem dias o ministro da Saúde liberou mais 363 milhões de reais para ampliação 4 mil equipes do saúde da Família mais 40 mil agentes comunitários de saúde e para dobrar a cobertura da área de saúde bucal no Programa Saúde da Família também nesse período colocou mais de 68 milhões de reais para infra-estrutura e equipamentos deste mesmo programa, colocando investimentos em reforma e equipamentos para a saúde da família, também para os municípios do programa Fome Zero, o Ministério da Saúde esta dobrando a distribuição de medicamentos para esses municípios, ampliando, nesse sentido, o *per capita* de R\$1,00 habitante/ano para R\$2,00 habitante/ano. O ministro da saúde, também, agora, em cem dias está implantando um programa novo que é o Samur - Ser-

viço de Atendimento Médico de Urgência nas cidades com mais de cem mil habitantes, possibilitando, com que se crie no Brasil oitocentas equipes de resgate médico e que se compre oitocentas ambulâncias equipadas, que se contratem médicos, enfermeiras, profissionais para fazer todo sistema pré-hospitalar de resgate médico.

Neste sábado, também foi lançada a Campanha de vacinação do idoso, dando continuidade às campanhas anteriores, com uma expectativa de se vacinar dez milhões e meio de pessoas acima de sessenta anos de idade em mais de cinquenta mil postos de saúde no Brasil. Fazendo com que esta campanha que começou no sábado se estenda até o dia 30 de abril.

Então, são notícias positivas para o setor saúde em nível nacional, com outras questões que vão ser colocadas durante o ano, com certeza, o sistema de saúde no Brasil vai continuar avançando tendo mais recursos para o nosso setor.

Aproveito a oportunidade, para dizer que encaminhei à Mesa um requerimento propondo que a Secretaria de Estado da Saúde, também faça um estudo no sentido de propor e implantar incentivos para ampliação do saúde da família - incentivo estadual para que se amplie, se apóie os municípios no aumento de equipe do saúde da família.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo o Horário da Liderança do PSB para V. Exa.

O SR. DOUTOR LUCIANO

E também para que invista nos hospitais regionais, fazendo com que realmente se crie o sistema de regionalização com apoio do Estado a esses municípios.

Então, eu gostaria de registrar e parabenizar o ministro Humberto Costa por todo trabalho que vem sendo feito à frente do Ministério da Saúde nesses primeiros cem dias de mandato.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor Vanderlei Iensen.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Na manhã de hoje, nós tivemos uma reunião muito produtiva no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Movimento Pró-Paraná que tem como presidente o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e figuras de expressão na nossa sociedade, tanto no campo político como social.

Nessa reunião, onde tivemos a presença do deputado Neivo Beraldin, do deputado Dobrandino, deputado federal Max Rosenmann, a deputada federal Clair Martins, diversos juízes. Tivemos ali presidindo a reunião o desembargador Luís Renato Pedroso, também o Dr. Clé-

verson Marinho, Sr. Valmor Weiss e outros companheiros.

Tivemos alguns assuntos que foram tratados e que nos chamaram a atenção e o motivo de nós estarmos aqui, hoje, é sobre esses assuntos. Nós gostaríamos de compartilhar com os nobres parlamentares.

Primeiro assunto que já foi falado, aqui, inclusive, a Assembléia Legislativa através de um requerimento do deputado Jocelito Canto aprovou que nós estejamos lutando em favor da indicação de um membro do Supremo Tribunal Federal.

No debate que tivemos pela manhã, sentimos que ainda há muito caminho a percorrer e precisamos conclamar todos os segmentos políticos da nossa sociedade para que possamos juntos conseguir essa indicação.

Estamos aqui, solicitando que o nosso Poder Executivo também se envolva nesse movimento. Já temos a participação expressiva do Judiciário, da Assembléia Legislativa e da própria Câmara Federal e gostaríamos que o nosso Executivo estivesse envolvido por que não é um movimento de caráter pessoal, mas de interesse do Estado do Paraná.

Uma outra coisa que foi colocada e nos chamou a atenção foi com relação à criação do Tribunal Regional Federal no Estado do Paraná. Foi aprovada uma proposta de emenda Constitucional no Senado Federal da criação desse Tribunal no Estado do Paraná, posteriormente na CCJ também passou. Porém, esse é o grande problema, ainda não foi votado no Plenário da Câmara. E hoje, recebemos a informação durante a reunião, que há um movimento muito grande de outros Estados para que esse tribunal não seja aprovado, para que essa emenda não vá para votação no Plenário da Câmara.

E, foi feito inclusive um apelo aos deputados federais que estiveram se mobilizando para que conseguíssemos colocar na pauta da nossa Câmara esta emenda para que fosse aprovada. Porque existe uma deliberação dos líderes, como existem muitas propostas e emendas da constituição, eles vão priorizar de cem a duzentas emendas. E se essa emenda não for colocada nesse bloco, nós vamos ter que esperar mais dez anos para ter a criação desse Tribunal Regional Federal que envolve valores expressivos e principalmente para o Estado do Paraná, uma grande conquista.

É por isso que queremos conclamar aos companheiros, aos nobres parlamentares, para que possamos através da nossa amizade, com os nossos colegas parlamentares federais, não somente do Paraná, mas de todo o Brasil, estarmos fazendo um lobby, uma pressão para que essa emenda venha a ser aprovada também na Câmara Federal e nós possamos então ter a conclusão dessa grande conquista para o Paraná, que é a criação do TRF.

Um outro assunto que nos chamou a atenção na reunião de hoje, no movimento Pró Paraná, foi com relação à rejeição de vetos que está sendo proposta a destinação da Cide, que é o imposto incidente sobre combustíveis.

E essa contribuição Cide, havia sido feito um projeto e aprovado que estava destinado esse valor da Cide que hoje é aproximadamente oito bilhões de reais, fixando critérios para ser executado e ser aplicado nos transportes, nas nossas estradas, na recuperação.

No entanto, no dia 30 de dezembro de 2002, o presidente Fernando Henrique, no apagar das luzes, vetou esse projeto. E agora, estamos lutando para que seja derubado. Seja rejeitado esse veto e possamos ter então esses critérios estabelecidos, para que não aconteça com a Cide, o que aconteceu com a CPMF que foi um imposto criado para um determinado fim e acabou entrando no caixa único do governo.

Então, essas colocações são interessantes, porque nós, como Poder Legislativo no Estado do Paraná, podemos mobilizar os nossos colegas parlamentares federais, para que possamos alcançar essas conquistas para o nosso povo.

Dr. Valmor Weiss que é o diretor da Associação Nacional de Transportes, inclusive externou a nós o desejo de vir à Assembléia Legislativa trazer informações e detalhes sobre esse veto do presidente Fernando Henrique, no final do seu mandato. Nós vamos encaminhar à Mesa da Assembléia um requerimento solicitando nas próximas Sessões, o uso do Grande Expediente, para que ele venha trazer essas informações aos parlamentares.

É importante que nós saibamos e possamos também fazer com que esse imposto sobre o combustível, ele não tenha o mesmo fim que teve a nossa CPMF e hoje infelizmente é apenas mais um imposto na nossa enorme carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela ordem, senhor presidente.

Gostaria que o deputado Vanderlei Iensen se mantivesse na tribuna porque vou fazer uso da ordem, na verdade para fazer uma solicitação à presidência da Casa.

V. Exa. aborda na reunião de hoje do movimento Pró Paraná, V. Exa. sabe que na semana passada uma audiência com o ministro da Justiça, Tomaz Basso, acabou sendo cancelada por motivo de doença do ministro. Teve um princípio de pneumonia e a reunião que estava marcada para o movimento na quarta-feira da semana passada acabou sendo protelada.

Para lá iriam se dirigir todas as federações, todos os membros ativos do movimento Pró Paraná, exatamente para abordar essas duas questões.

Uma, de levar o pleito dos paranaenses no que diz respeito a uma vaga no Supremo Tribunal Federal, como nós sabemos no Estado do Paraná o último representante do nosso Estado foi Ubaldino do Amaral, que não era paranaense, mas nascido em São Paulo, e a outra questão do Tribunal Regional Federal, que é uma luta antiga do Estado do Paraná. As demandas federais, infelizmente, nós temos que tratar lá no Rio Grande do Sul.

Então, é um pleito do Estado do Paraná, é um pleito do Poder Judiciário, é um pleito dos paranaenses. E a minha sugestão ao presidente da Assembléia, não somente ao Poder Executivo, o governador Requião acho que acolhe essa propositura, este pleito dos paranaenses com todo o carinho e com todo o vigor. mas, era importante que o presidente da Assembléia, a Mesa Executiva, ajudasse nesse processo. É o representante de um Poder, como a Assembléia Legislativa. Eu gostaria de sugerir ao presidente que demandasse da sua assessoria uma audiência com o ministro chefe da Casa Civil, o ministro José Dirceu, para que, junto com V. Exa., com os deputados federais, deputados estaduais e o Movimento Pró Paraná, nós pudéssemos, ao ministro José Dirceu, fazer as argumentações necessárias que dizem respeito à justificativa desses nossos pleitos.

Agora, com a vinda do Lula aqui por Maringá e Londrina, o presidente da Itaipu, o senhor Jorge Samek, acabou entregando um documento, fazendo esse pleito ao presidente da República. mas isso não impede e não obstaculiza que façamos os esforços para conquistar o mesmo. Acho que a ida ao ministro chefe da Casa Civil e ao ministro da Justiça são importantes para que o Paraná possa sair vitorioso dessa batalha.

Então, o senhor está de parabéns! Acho que devemos tentar os esforços, porque senão o Paraná, mais uma vez, ficará sem representantes no Supremo Tribunal Federal.

E a questão do Tribunal Regional Federal, o que precisa é que o presidente da Câmara coloque e abra a Comissão Especial para analisar a emenda na Constituição que cria o Tribunal Regional Federal, porque no Senado já passou e nós precisamos que o presidente da Câmara abra isso. E essa audiência com o presidente do Congresso Nacional podemos conseguir na mesma época, na mesma data em que marcarmos com o ministro José Dirceu. Acho que em uma tarde nós poderíamos realizar essas três audiências: com o ministro da Justiça, com o ministro chefe da Casa Civil e o presidente da Câmara. Iríamos em um corpo sólido, com representantes do Governo, do Poder Executivo; a Assembléia Legislativa; o Poder Judiciário; as entidades de classe; o Movimento Pró Paraná; com deputados federais. Acho que assim vamos conseguir com que o Paraná ganhe força no cenário federal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência vai acatar a solicitação de V. Exa. e marcará, logo após a Semana Santa, a solicitação de audiência.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mesmo porque, senhor presidente, nós temos uma mensagem a levar ao ministro chefe da Casa Civil, que é marcar uma data para que ele venha receber dos paranaenses um título de Cidadão Honorário.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Agradeço a participação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Jocelito Canto.

Tenho a honra de passar a Presidência para a deputada Arlete Caramês.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhora presidente, senhores deputados.

Quero justificar minha ausência na semana que passou. Quando deputado, na legislatura passada, não tive nenhuma falta, mesmo indo e voltando todos os dias à Ponta Grossa. Mas, semana passada tivemos alguns problemas de saúde e não pudemos estar presente nesta Casa. Então, estamos justificando a nossa ausência, não foi por não querer vir, não, foi por excesso de trabalho.

Mas, senhora presidente e senhores deputados, gostaria, hoje, de mais uma vez falar sobre a saúde, sobre a saúde pública e a saúde, principalmente, nos Campos Gerais. Já estamos indo para o quinto mês do governo Roberto Requião. Entendemos as dificuldades do governo, entendemos a situação que o governo encontrou o Estado, mas continuamos não compreendendo o fato de pessoas estarem perdendo a vida, estarem morrendo por falta de uma UTI.

O secretário da Saúde fez uma descentralização do governo, recentemente em Ponta Grossa, onde anunciou grandes investimentos para a saúde. Mas, continuamos sendo, todo dia, procurados pela população a fim de internar pessoas, arrumar UTI e convidados a ir aos cemitérios para enterrar o povo que morreu por falta de UTI. Por isso, senhores deputados, senhora presidente, gostaria de mais uma vez manifestar aqui a minha tristeza por ver pessoas como um jovem agora que recentemente morreu, um radialista da nossa classe, que morreu por falta de uma UTI. E gostaria de lembrar que com a vida não se brinca. Vida não tem preço, não tem preço nem de investigar quem fez errado ou a falta de investimentos. Uma vida não tem preço. E não podemos concordar mais que nós continuemos em Ponta Grossa com apenas 18 leitos de UTI, enquanto nós vemos Maringá, que é a nossa cidade que sempre confrontamos pelo número de habitantes, que tem 60 leitos. É uma falta de respeito para com a cidade. E eu gostaria de pedir, em nome dos feridos, dos mortos e dos que vão morrer ainda, que o governo se preocupasse com o povo, porque o governador Roberto Requião, nosso governador, foi eleito exatamente pelos mais humildes. E que na campanha pregou que o seu governo seria preferencialmente pelos mais humildes. E quem está morrendo são os mais humildes, que não podem pagar uma UTI, que não podem pagar um internamento e que estão morrendo nos hospitais de Ponta Grossa.

Então, gostaria de mais uma vez levantar a minha voz nesta Casa para que, a cada instante, fosse cobrado

do secretário da Saúde, que tem que parar de discursar e tratar de resolver o problema da saúde. Se não tiver recursos, busque no Orçamento.

Quando o governo quer mudar a prioridade, ele muda. Quando o governo quer melhorar a saúde, ele melhora. Então, fica este pedido como forma de acerto ao governo do governador Requião: em Ponta Grossa estão morrendo pessoas por falta de UTI. Vou repetir: em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, morrem pessoas por falta de UTI. Até quando vamos ser convidados a ir ao enterro dessas pessoas?

Fica este pedido ao governo do Estado para que atenda essa reivindicação em caráter de emergência, porque quando a pessoa está mal, precisa imediatamente de uma UTI e muitas vezes não consegue. Por isso, senhores deputados...

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo um minuto para o senhor concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, senhora presidente!

Queria pedir mais uma vez aos membros desta Casa que nos ajudassem nesta luta, é uma luta do povo mais simples. As UTI's continuam esquecidas, abandonadas e o povo morrendo.

Era isso, senhora presidente, senhores deputados. Queria fazer esse registro, mais uma vez, e se for preciso, subo todo dia nesta tribuna para falar das UTI's. Acho que vou ter que adotar o esquema Jaime Lerner, no passado, em que eu tinha que subir nesta tribuna para cobrar, todo dia, o que era direito dos Campos Gerais.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente e damos a palavra ao deputado Delegado Bradock.

Registramos a presença do vereador Rogério Matendal, de Santa Terezinha de Itaipu, e também do 2º suplente estadual, Rogério Lorenzetti, de Paranavaí.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhora presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Hoje pela manhã, eu, como presidente da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ouvi a promotora Maria Aparecida, a qual nos entregou inúmeros documentos, inúmeras fitas cassetes gravadas onde a promotora faz algumas denúncias contra o Ministério Público aqui do Estado do Paraná.

Como membro da Comissão de Segurança, não falaremos hoje sobre esse assunto, até analisarmos melhor o que nos foi entregue, junto com os demais companheiros, e numa outra oportunidade faremos menção sobre esses fatos.

Mas, o que me traz aqui também é outra denúncia. Denúncia contra um cidadão que ao longo do tempo, de uma maneira ou de outra, vestiu a camisa, usou o meu distintivo da Polícia Civil para ser chamado de honesto e nós fomos vendo que no decorrer do tempo que a situação não era bem esta. Recebemos denúncia do então corregedor da Polícia Civil no ano passado, usando blocos de notas fiscais falsas, blocos falsos, emitiu uma série dessas notas junto com os seus policiais da época para receber do Estado do Paraná verbas de ressarcimento, diárias, onde jamais ele efetuou essas viagens. Esse cidadão que quer entregar a minha querida Polícia Civil para mãos estranhas, não merece em hipótese alguma o nosso aplauso. Ele pegou o nosso distintivo dizendo que era honesto. Por isso ele fica se agarrando com o outro lado, porque deve e não são denúncias apenas, são provas, que o Tribunal de Contas atestou que o Sr. Adauto Abreu de Oliveira usou de notas falsas para receber o dinheiro do Estado, delegado geral atual da Polícia Civil e eu não posso concordar com isto, não posso concordar que este cidadão se diga Deus, professor de Deus, o mais honesto, o melhor policial, sendo que é mentira. Teve casos de blocos serem feitos de maneira decrescente: 25, 24, 23..., não tiveram nem a pachorra de fazer certo o bloco, bloco fabricado aqui em Garuva, blocos de hotel de Maringá, de restaurante de Londrina, de restaurante de Foz do Iguaçu, de hotel de Foz do Iguaçu e esse cidadão vem dizer que é o delegado mais honesto da Polícia Civil?

Quero agora que o governador Roberto Requião chame ele até o Palácio e diga: "Adauto, me devolve o distintivo da Polícia Civil, me devolva a arma que você tem da Polícia Civil, porque você não é digno de portar arma nem distintivo".

Quantas pessoas, quantos policiais morreram usando o distintivo, quantas famílias ficaram órfãs, porque o pai, policial civil sério, morreu em combate e daí vem um cidadão e começa a jogar lama na nossa polícia. Não dá para aceitar mais isto. Em hipótese alguma vamos aceitar esse cidadão que se diz honesto querer entregar a nossa polícia para mãos estranhas.

Então, senhoras deputadas, senhores deputados, tivemos o cuidado de antes de vir a esta tribuna, checar-mos todas as notas fiscais e eu tenho aqui junto com o Tribunal de Contas - e aqui faço uma saudação - que muito gentilmente começou a procurar as prestações de contas e conferiu que as notas falsas estavam nas prestações de contas.

Temos outras denúncias em disquete e neste exato momento tem um policial na Promotoria de Investigação Criminal sendo ouvido, onde está fazendo a entrega dos blocos, onde está citando outros crimes que este cidadão cometeu.

Então, esperamos que o nosso governador que quer limpar a polícia, comece a limpar a polícia pelo delegado geral, que ele saia imediatamente da chefia da nossa polícia.

O Sr. Nereu Moura

Concede-me um aparte, senhor deputado?

A denúncia que V. Exa. faz é extremamente grave. Gravíssima! Eu gostaria de saber de V. Exa. se essa prática denunciada, de falsificação de notas, é recente ou é antiga?

O SR. DELEGADO BRADOCK

Elas são do ano passado, quando o Dr. Adauto era o corregedor da Polícia Civil - são notas de 2002. O Tribunal de Contas está entrando com um procedimento para anular todas as prestações de contas da Corregedoria. E é mais grave, senhor deputado Nereu Moura, ele obrigava e intimidava seus policiais subalternos a irem buscar essas notas, a prestar contas e a assiná-las. Só no mês de dezembro - segundo depoimento dos policiais que hoje estão correndo risco de vida - o senhor cidadão levou mais vinte e seis mil reais, em diárias, com notas falsas. A denúncia é grave. Se tivermos que limpar a polícia, temos que começar pelo delegado-geral. Não dá mais para aceitar esse tipo de atitude contra a Polícia Civil.

Concedo um aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Bradock, V. Exa. sabe do respeito e da admiração que tenho pelo senhor, não pelo seu trabalho, aqui, como deputado, que conheço há pouco tempo, mas pelo seu trabalho como delegado. A denúncia que V. Exa. traz é grave, não apenas pelo fato de que se for comprovado, de ser uma irregularidade, mas porque atinge uma das pessoas que eu reputo de uma conduta ilibada. O delegado Adauto tem toda a minha consideração e todo o meu respeito. Acho que ele é um dos policiais exemplares da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Quero fazer um apelo a V. Exa. e ao mesmo tempo uma sugestão - não sei qual o encaminhamento que V. Exa. irá fazer -, de que V. Exa, através da Comissão de Segurança, procedesse às investigações necessárias, da veracidade dessas denúncias. Porque vai ser duro me curvar, para saber e ter certeza, de que o delegado Adauto fez um ato dessa natureza. Acho que o delegado Adauto tem muitos inimigos na Polícia Civil e fora da Polícia Civil. Foi o único delegado junto com alguns poucos e a sua mulher, delegada Leila, que denunciaram os problemas gravíssimos que existem na Polícia Civil do Estado do Paraná.

Já fui vítima de armação para denegrir a minha imagem e sei que muitos daqui também o foram, deputados, Muitos! Qualquer cidadão está passível de sofrer esse tipo de coisa. Muito mais o delegado Adauto, que com transparência e honestidade resolvem enfrentar uma dura realidade na sua própria corporação.

A Polícia Civil do Estado do Paraná tem bons policiais? Tem. Mas também tem péssimos policiais.

É preciso que no serviço público do Estado do Paraná, os péssimos policiais sejam afastados. É isso o que desejam os bons policiais. É isso o que deseja o povo

do Estado do Paraná. Antes que essa denúncia prospere - não quero dizer que ela não seja verdadeira - eu gostaria de recomendar a V. Exa. que tome cuidado e faça uma investigação, procurando os mecanismos que tragam transparência a essa denúncia. Porque eu, Bradock, amigo que sou de você, já fui vítima de armação, para denegrir a minha pessoa. Sei que com o delegado Adaauto, não apenas armações foram feitas, mas a sua vida esteve em risco durante esse tempo todo e você sabe disso.

Os problemas da Polícia Civil não são do Adaauto. Temos que unir a polícia e procurar resolvê-los, para a melhoria do Estado do Paraná, e para a melhoria da segurança pública. É essa a recomendação que faço, com o carinho e respeito que tenho por V. Exa.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Deputado Vanhoni antes de comparecer a esta tribuna, eu, como delegado, não poderia chegar aqui e denunciar fatos levianos. Logicamente que fui investigar e tive nas mãos todos os blocos de notas fiscais falsas, liguei para os hotéis de Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, para os restaurantes e lanchonetes e peguei, aqui, apresentada na prestação de contas. E a nota fiscal do Hotel Parati de Maringá, nº 15, lá um nome, um valor e outra data. aqui um nome e uma data e um outro valor. Isso é mais do que evidente. E o próprio policial que era encarregado de fazer as prestações de contas do delegado Adaauto está nesse momento na PIC, que é o Ministério Público sério e que está apurando com seriedade os fatos.

Além de que o Tribunal de Contas também uma pesquisa na semana passada e tenho, aqui, a assinatura dos inspetores do Tribunal de Contas, onde nós encaminhamos um ofício pedindo providências, que já constatou várias notas fiscais falsas. Não é nem fria. São notas fiscais falsas, para evitar quando fosse viajar fazia o bloco para ficar mais fácil já estava ali mesmo, preenchia e pronto.

Então, deputado Vanhoni, foi feito com seriedade. Também me entristece muito, porque eu tinha até pouco tempo atrás, o delegado Adaauto em bom conceito. Foi meu professor na escola de polícia. E eu demorei, relutei para acreditar que o delegado Adaauto seria capaz de um crime dessa natureza, mas contra fatos não tem argumentos.

E eu tristemente peço, aqui, que o Governador proceda a imediata exoneração do delegado Adaauto, até para que ele possa se defender das acusações e entregue a arma e o seu distintivo, como ele tem feito com os demais policiais.

O SR. NEIVO BERARDIN

Delegado Bradock, gostaria de ressaltar o seu trabalho como presidente da Comissão, uma comissão importante da Assembléia Legislativa, que é a Comissão de Segurança. Acho que V. Exa. dá oxigênio as comissões internas da Casa, trazendo assuntos que venham respaldados com documentos, com uma investigação prévia.

Então, V. Exa. merece de nossa parte um reconhecimento de um deputado que está procurando exercer a sua função dentro da sua mais importante função, que é a de fiscalizar o Poder Executivo. E também, evidentemente, legislar.

Mas, V. Exa. tem se mostrado aqui um deputado eficiente. É bem verdade é o primeiro mandato, mas bem de logo posso dizer que reconheço e V. Exa. uma pessoa séria, uma pessoa que vai em busca da verdade, e não tem medo de revelar a verdade. Tomara que V. Exa. esteja totalmente certo nas suas afirmativas. E, evidentemente, este Parlamento só ganha com isso.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Muito obrigado, deputado Neivo Beraldin.

Então, encerrando meu pronunciamento, é com tristeza que vim até esta tribuna para relatar mais um fato triste que aconteceu dentro dos quadros da polícia civil. E desta vez sem culpa alguma dos policiais de base, sem culpa alguma das pessoas que tem um cargo menos elevado. Mas culpa exclusivamente de um policial que se dizia muito sério e que era corregedor da polícia civil e que tinha a obrigação de zelar pelos bons destinos da nossa polícia civil.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PT, com a palavra o deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. quero fazer um convite a todos para que amanhã possam participar de uma audiência pública que está sendo realizada no Plenarinho da Assembléia Legislativa aonde iremos debater o assunto referente à cobrança da Confederação Nacional da Agricultura ou da taxa confederativa da CNA.

Este é um assunto que vale a pena participarmos, porque vem trazendo uma série de problemas para os nossos agricultores, principalmente os pequenos que trabalham em regime de agricultura familiar. Nós temos alguns municípios como por exemplo, São Mateus, aonde 98 processos já estão sendo cobrados na Justiça, de pequenos agricultores, porque não pagaram a taxa confederativa, ou seja, nós vivemos num país democrático e que deve ser respeitado o direito das pessoas ser ou não ser sindicalizados. Assim como se respeita um professor, se quer ou não ser sindicalizado, ser filiados a um sindicato ou um engenheiro, ou um operário, ou metalúrgico, assim também tem que ser respeitado o direito das pessoas escolherem serem ou não serem sindicalizados.

Nós tivemos recentemente uma audiência com o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, o Dr. Roberto Portugal Bacellar, onde estivemos com 14 municípios da região Sul do Paraná, levando essa problemática e mostrando o que isso significa para esses agri-

cultores que nunca tiveram uma passagem pelo Forum e de repente, estão sendo intimados a comparecer na Justiça para pagar essa taxa confederativa e tem algumas decisões a favor dos agricultores em alguns municípios, mas no Tribunal de Alçada nós temos perdido essas decisões e a nível federal, no Supremo, temos uma decisão isolada, mas uma decisão favorável aos agricultores... A Associação dos Magistrados se comprometeu de fazer um trabalho no sentido de aprofundar o tema, trazer pessoas do Supremo Tribunal Federal, aprofundar esse tema para que as decisões possam ser tomadas em cima de um maior aprofundamento.

Essa Sessão Plenária é de muita importância para que a gente possa debater. Não é um assunto que interessa somente aos trabalhadores mas temos aliados como o Sindicato de Patrões, a Sociedade Rural de Palmeira é contra a cobrança e vários outros a nível de Paraná.

Nós entendemos que o princípio da liberdade da pessoa ser sindicalizada ou não tem que ser repetido, entendemos que são pequenos agricultores, muito embora, tendo mais de 2,5 alqueires de terra, são trabalhadores rurais. Por isso o Bloco Agropecuário tomou essa decisão a partir dessa discussão, a partir desse trabalho que fizemos junto à Associação de Magistrados de fazermos essa audiência pública na manhã do dia de amanhã, às 9 horas.

Queremos convidar a todos diante da gravidade desse assunto não só junto aos municípios da nossa região mas é um assunto que está criando discussões e polêmica em todo o Paraná.

Convido em nome do deputado Elton Welter, a todos os deputados para que possam participar dessa audiência pública aonde mais de dez entidades confirmaram a sua participação, Ministério Público, Associação dos Magistrados, Associação de Trabalhadores Rurais e Patrões, Sindicatos e representantes da CNA e outras entidades que estarão presentes.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo a palavra às Lideranças dos Partidos.

(Declinam)

Concedo a palavra à Liderança da Oposição.

(Declina)

Concedo a palavra à Liderança do Governo. Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Queria comunicar a esta Casa e aos senhores deputados no uso do Horário a Liderança do Governo, de que as denúncias trazidas a este Plenário pelo deputado Braddock são graves e o Governo do Estado já tem a cópia de todos os blocos de notas fiscais e o Governador já solicitou sindicância na administração pública.

Então, todos os procedimentos estão sendo tomados. Seja quem for que estiver cometendo um ato ilícito

será devidamente responsabilizado pelo governo do Estado. Seja este ou aquele servidor público.

Então, em nome do governo, já estamos comunicando de que uma sindicância acabou de ser instaurada pelo governador Roberto Requião.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 639, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente, solicitando destaque do item 01 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje, para ser votado em separado; votando-se os demais itens em bloco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados;

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 080/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 396/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 214/2002

Curitiba, 21 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 040/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 396/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo proibir empresas de concessionárias de serviços públicos de água e luz, de procederem cortes de fornecimentos, nos dias que especifica e adota outras providências.

O projeto de lei em referência foi vetado por indiscutível inconstitucionalidade, em razão de versar sobre matéria de exclusiva competência legislativa da União, conforme preceitua o artigo 22, inciso IV, da Magna Carta da Nação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 396/2001, encontra-se publicado no DA nº 020/2002, de 18/03/2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 080/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 396/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que visa proibir que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator
Em discussão. Em votação.

O SR. ADEMIR BIER (Para Encaminhar)

Gostaria de solicitar aos deputados neste requerimento de destaque da votação deste projeto de lei, no sentido de que o veto do senhor governador Jaime Lerner foi para torná-lo inconstitucional. Entendemos que ele é importante a partir do momento em que os cortes de energia elétrica, de água e de telefone nos finais de semana não podem efetivamente ocorrer, porque não há tempo, nem espaço e local para que possa fazer esse pagamento e possa ser ligado novamente.

Então, não é possível que esses cortes continuem sendo feitos aos finais de semana e a população seja, efetivamente, prejudicada.

O projeto é simples, de simples execução. Por isso gostaria de contar com o apoio de todos os deputados.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Esse veto é um veto que está sendo discutido, do deputado Ademir Bier. Entendemos que ele tem um mérito que precisamos destacar do conjunto dos vetos, porque se trata de quando a Copel estabelecer uma punição, isto é, desligamento da luz de uma residência no Estado do Paraná, não o faça nem no sábado, nem no domingo. Isto é, dar tempo ao cidadão paranaense de poder, no dia seguinte, fazer o restabelecimento da sua energia, no seu comércio ou na sua indústria.

Então por isso somos favorável à derrubada desse veto.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Solicito a 1ª secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Luciana Rafagnin).

(Procede a chamada nominal dos senhores deputados)

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Designo os deputados Ratinho Júnior, Barbosa Neto e Mauro Moraes para fazerem o escrutínio dos votos.

Trinta e dois votaram NÃO.

Seis votaram SIM. Um branco e um nulo.

Declaramos rejeitado o veto e aprovado o projeto.

Passaremos a votação dos itens 2 ao 8, conforme requerimento aprovado.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 082/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em comodato, imóvel no município de Terra Rica. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 216/2002.

Curitiba, 21 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 061/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 554/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a “ceder, em comodato, os diretos de uso do imóvel situado na zona urbana do município de Terra Rica, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Para-

navai, sob nº 19650, para ser utilizado pela Prefeitura Municipal e Terra Rica”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, esclarecendo que o imóvel objetivado pela medida está sendo pretendido para ocupação por órgãos da Administração Estadual, os quais, evidentemente, terão preferência.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 554/2001, encontra-se publicado no DA nº 156/2001, de 24/10/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 082/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que visa autorizar o Poder Executivo a ceder, em comodato, imóvel no município de Terra Rica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 088/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar a alíquota de ICM os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 279/2002.

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 036/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 024/2001, por julgá-lo inconstitucional, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo, “a isentar da alíquota de ICMS os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos.”

A negativa de sanção ao plano de lei em referência é devido à sua indiscutível inconstitucionalidade porque fere o artigo 50, parágrafo 6º e artigo 155, parágrafo 2º, XII, g, da Magna Carta da Nação, além de afrontar as Leis Complementares Federais nºs 24/75 e 101/2000.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 024/2001, encontra-se publicado no DA nº 005/2001, de 22/02/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 088/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que visa autorizar o Poder Executivo a isentar a alíquota de ICMS dos medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 089/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um Posto do Corpo de Bombeiros com sede no município de Tibagi. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 275/2002.

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 032/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 428/2000, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do

Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso III, da referida Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 428/2000, encontra-se publicado no DA nº 016/2002, de 12/03/2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 089/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar um Posto de Corpo de Bombeiros, com sede no município de Tibagi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 090/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 370/2000 de autoria do deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de aquecedores a gás e a respectiva fiscalização no Estado do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 272/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 011/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 370/2000, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o artigo 66, incisos III e IV, da referida Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 370/2000, encontra-se publicado no DA nº 153/2000, de 07.11.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 090/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 370/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a instalação de equipamentos de aquecedores a gás e a respectiva fiscalização no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 091/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 701/2001 de autoria do deputado Nelson Garcia, que cria exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado para compra do café torrado e moído consumido nas repartições públicas do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 281/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 135/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 701/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre exigências mínimas de qualidade de café nas licitações públicas do Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do fato de ter sido considerado inconveniente a adoção, por lei isolada e específica, de detalhes pertinentes a um só produto, o café, prevendo, inclusive, a figura de automático afastamento de empresas, em todas as licitações do Governo do Estado. É que, tais condicio-

nantes, são tipicamente aquelas definíveis nos próprios editais dos procedimentos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 701/2001, encontra-se publicado no DA nº 049/2002, de 24.04.2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 091/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que cria exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado para a compra do café torrado e moído consumido nas repartições públicas do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 098/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 397/2001 de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a criação do Programa de Expansão de Bancos para Coleta de Sangue Humano no Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 274/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 100/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 397/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a criação, no âmbito da Secretaria da Saúde, do Programa de Expansão de Bancos de Coleta de Sangue Humano no Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa, decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da

Saúde, que constituindo as razões fundamentais, segue anexado por cópia autêntica, onde aquela Secretaria de Estado assevera ser a medida desnecessária e, portanto, contrária ao interesse público.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 397/2001, encontra-se publicado no DA nº 117/2001, de 03.09.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 098/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 397/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a criação do Programa de Expansão de Bancos para Coleta de Sangue Humano no Estado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 099/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 468/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza a estadualização da rodovia que liga nova Prata do Iguaçu à Usina de Salto Caxias, até o trevo de acesso da PR-484, que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques à Boa Vista da Aparecida. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 276/2002.

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 014/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinando com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 468/2001, por considerá-lo inexecutável e, portanto, contrário ao interesse público, tendo em vista que o trecho rodoviário que menciona já, em parte, integrar o Plano Rodoviário Estadual (PR-592) e o restante estar em procedimento de estadualização.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 468/2001, encontra-se publicado no DA nº 129/2001, de 19/09/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 099/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 468/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que visa autorizar a estadualização da rodovia que liga Nova Prata do Iguaçu à Usina de Salto Caxias até o trevo de acesso a PR-484, que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques à Boa Vista da Aparecida.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Solicito à 1ª secretária que proceda à chamada nominal dos senhores deputados para votação em bloco dos itens 02 a 08.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

(Procede à chamada nominal)

38 senhores deputados votaram.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Designo os deputados Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli e Valdir Rossoni para que procedam a contagem dos votos.

A SRA. SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Senhora presidente, tivemos 01 voto em branco, 14 votos NÃO e 23 votos SIM.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Declaramos o resultado da última votação, dos itens nº 02 ao nº 08.

São: 01 voto em branco, 14 votos NÃO e 23 SIM.

Estão mantidos os vetos.

Sobre a mesa, Requerimento nº 618, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 620, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 621, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 622, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 623 e 624, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 625, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 626, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 627 e 638, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 632, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 633, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 634, de autoria dos deputados Duílio Genari, Cida Borghetti e Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 635 a 637, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 640, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Encaminhe-se conforme o solicitado.**

Requerimento nº 641, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 642, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 629, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 002, 003, 027, 030, 034, 038 e 119/2002.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

COORDENADORIA MÉDICA
LAUDO MÉDICO Nº 005/2003

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2003 a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Maria Elizabeth G. Camati concluiu achar-se a mesma com condições de retorno ao trabalho baseando-se nos exames apresentados e no seu estado geral clínico (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte). 25.03.2003.

(Prot. nº 2134/2003)

Ilmo. Sr.

DIRETOR GERAL

Em 25.03.2003

(a) DR. ROGÉRIO AUGUSTO CARMARGO SCHEIBE
Coordenador Médico

Protocolo nº 2134/2003
À Diretoria de Pessoal

O diretor geral da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

1. considerando a conclusão do Laudo Médico nº 005/2003, da Coordenadoria Médica deste Poder, que considerou a funcionária MARIA ELIZABETH G. CAMATI “*em condições de retorno ao trabalho*”:

2. intime-se a funcionária para, no prazo de 48 horas, retornar às suas atividades, sob pena de lhe ser aplicada as sanções previstas no artigo 160, inciso I, e artigo 297, ambos da Lei nº 6.174/70 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná;

3. publique-se e cumpra-se.

14.04.2003

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral